



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, março/2010

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SECRETÁRIO-ADJUNTO

André Luiz Barreto de Paiva Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUB-SECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Andresa Costa Biason

Angela Carballido Fernandez

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel.: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 16, n. 2, fevereiro 2010. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : , STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em fevereiro de 2010 foi deficitário em R\$ 1,1 bilhão, contra superávit de R\$ 13,9 bilhões em janeiro. O Tesouro Nacional e o Banco Central contribuíram para o desempenho do mês com superávits de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 30,3 milhões, respectivamente, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 3,8 bilhões.

O resultado primário do Governo Central em fevereiro de 2010 foi deficitário em R\$ 1,1 bilhão, contra superávit de R\$ 13,9 bilhões em janeiro.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2009-2010

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JAN 2010	FEV 2010	JAN-FEV 2009	JAN-FEV 2010
I. RECEITA TOTAL	73.899,1	57.107,2	111.192,5	131.006,3
I.1. Receitas do Tesouro	59.661,4	41.701,1	85.698,2	101.362,4
I.1.1. Receita Bruta (1)	60.488,6	42.030,1	86.234,7	102.518,7
I.1.2. (-) Restituições	-822,0	-329,0	-536,5	-1.151,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-5,2	0,0	0,0	-5,2
I.2. Receitas da Previdência Social	14.076,0	15.207,3	25.201,0	29.283,4
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	13.720,4	14.884,1	24.600,8	28.604,6
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	355,6	323,2	600,2	678,8
I.3. Receitas do Banco Central	161,7	198,8	293,3	360,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.650,6	12.953,3	21.391,6	23.603,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	63.248,5	44.153,9	89.800,9	107.402,4
IV. DESPESA TOTAL	49.381,8	45.245,5	86.934,4	94.627,4
IV.1. Despesas do Tesouro	31.427,7	26.088,7	52.519,2	57.516,4
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	14.222,6	12.139,5	27.676,5	26.362,1
IV.1.2. Custeio e Capital	17.126,6	13.836,0	24.680,7	30.962,6
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.425,6	1.799,6	3.019,3	3.225,2
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	965,7	661,6	1.453,3	1.627,3
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.587,6	1.977,7	2.854,3	3.565,3
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	13.147,7	9.397,1	17.353,7	22.544,9
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	10.287,8	6.815,5	14.649,6	17.103,4
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	2.859,9	2.581,6	2.704,2	5.441,5
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	78,5	113,2	162,0	191,7
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	17.784,4	18.988,4	34.125,9	36.772,8
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	14.247,2	15.201,6	27.301,1	29.448,9
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.537,2	3.786,8	6.824,8	7.324,0
IV.3. Despesas do Banco Central	169,7	168,4	289,3	338,2
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	13.866,6	-1.091,6	2.866,5	12.775,1
VI.1. Tesouro Nacional	17.583,1	2.659,1	11.787,5	20.242,2
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.708,4	-3.781,1	-8.924,9	-7.489,5
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	-526,8	-317,5	-2.700,3	-844,3
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.181,6	-3.463,6	-6.224,7	-6.645,2
VI.3. Banco Central (6)	-8,0	30,3	4,0	22,3
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			0,61%	2,45%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN-FEV %		
DISCRIMINAÇÃO	09/08	10/09
Receitas	-3,0%	17,8%
Tesouro	-6,1%	18,3%
Previdência	8,9%	16,2%
Transferências	-0,8%	10,3%
Receita Líquida	-3,6%	19,6%
Despesas	20,0%	8,8%
Benefícios	12,8%	7,8%
Pessoal	25,4%	-4,7%
Custeio e Capital	25,0%	25,5%
FAT	21,7%	6,8%
Subsídios	138,5%	12,0%
LOAS/RMV	19,2%	24,9%
Outras	21,8%	29,9%
Custeio	23,3%	16,8%
Capital	13,9%	101,2%
PIB	2,6%	10,8%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve redução de R\$ 18,5 bilhões (30,5%), passando de R\$ 60,5 bilhões em janeiro para R\$ 42,0 bilhões em fevereiro de 2010. Essa evolução decorreu, principalmente, das seguintes

diminuições na arrecadação: i) do IRPJ e da CSLL em função do pagamento, em janeiro, da 1ª cota ou cota única relativa ao resultado apurado no último trimestre de 2009; e ii) da cota-parte de compensações financeiras em função do pagamento trimestral, em janeiro, de participação especial relativa à exploração de petróleo e gás natural.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 13,0 bilhões em fevereiro de 2010, contra R\$ 10,7 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de 21,6%. As transferências constitucionais registraram R\$ 9,3 bilhões, com crescimento de 21,2% frente a janeiro, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de janeiro, transferido em fevereiro. As demais transferências cresceram R\$ 1,1 bilhão em fevereiro; destaque para o aumento de R\$ 1,3 bilhão em transferências de royalties.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009-2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/10	FEV/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.688,1	9.316,4
CIDE-Combustíveis	453,1	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	2.346,8	3.474,4
Total	10.650,6	12.953,3

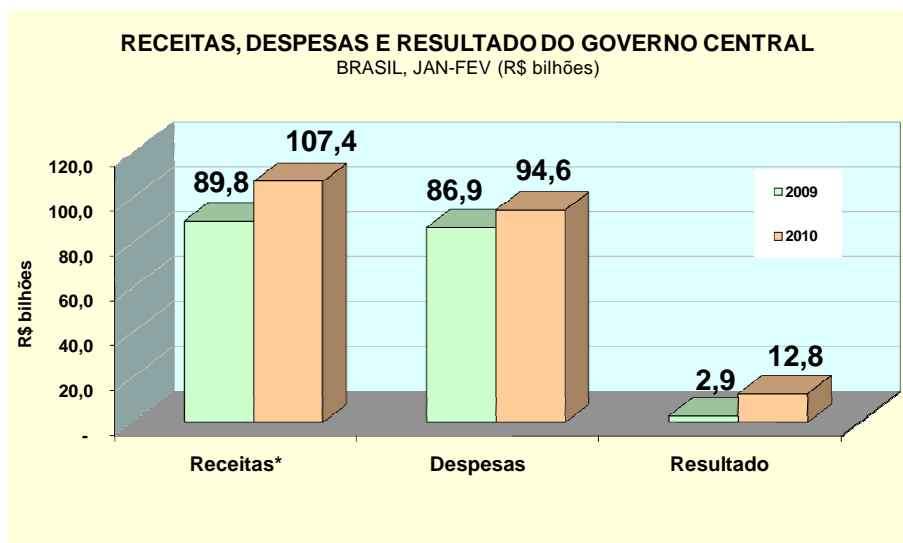
¹ Inclui auxílio financeiro

Do lado dos dispêndios, verificou-se a retração de R\$ 5,3 bilhões (17,0%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a janeiro, explicada, principalmente, pelas diminuições de R\$ 3,4 bilhões nas despesas discricionárias e de R\$ 2,1 bilhões com o pagamento de pessoal e encargos.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 3,8 bilhões, contra déficit de R\$ 3,7 bilhões apurado em janeiro. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 1,1 bilhão, explicado pela redução, de mesma ordem, das transferências a terceiros. Os benefícios previdenciários, por sua vez, aumentaram de R\$ 17,8 bilhões, em janeiro, para R\$ 19,0 bilhões, em fevereiro (6,8%). Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 317,5 milhões no mês, contra R\$ 526,8 milhões em janeiro, enquanto a parcela rural registrou déficit de R\$ 3,5 bilhões em fevereiro. No mês anterior, esse valor havia atingido o montante de R\$ 3,2 bilhões.

No acumulado do ano, o superávit apurado atingiu R\$ 12,8 bilhões. No mesmo período de 2009 o Governo Central teve superávit de R\$ 2,9 bilhões. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 8,5 bilhões no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 1,4 bilhão no déficit da previdência.

No primeiro bimestre de 2010 o Governo Central apresentou superávit equivalente a 2,45% do PIB.



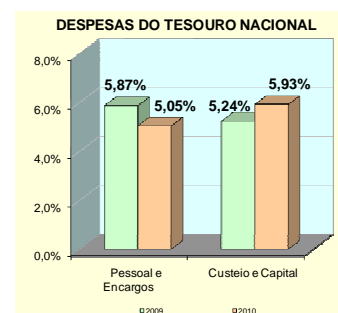
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	2,50%	3,87%
Previdência Social	-1,89%	-1,43%
Banco Central	0,00%	0,00%
Governo Central	0,61%	2,45%

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 18,9% (R\$ 16,3 bilhões) relativamente ao primeiro bimestre de 2009. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) aumento de R\$ 5,0 bilhões na arrecadação da Cofins refletindo a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior em janeiro de 2009; ii) incremento de R\$ 2,0 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 851,9 milhões na arrecadação da CSLL decorrente da retomada da economia e da antecipação de recolhimento do ajuste relativo ao ano de 2009; e iii) crescimento de R\$ 1,8 bilhão na arrecadação da cota-parte de compensações.

No primeiro bimestre de 2010, as despesas do Tesouro Nacional diminuíram 9,5% frente ao mesmo período de 2009. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) redução de R\$ 1,3 bilhão nas despesas de pessoal e encargos, decorrente do pagamento de R\$ 4,4 bilhões de precatórios e sentenças judiciais de pessoal até fevereiro de 2009, contra R\$ 256,9 milhões até fevereiro de 2010; ii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram R\$ 4,6 bilhões; e iii) pagamento de R\$ 1,6 bilhão em sentenças judiciais no primeiro bimestre de 2009, contra R\$ 15,8 milhões em igual período de 2010. Cumpre salientar o incremento de R\$ 2,7 bilhões (101,2%) dos investimentos até fevereiro de 2010 relativamente ao mesmo período de 2009, e de R\$ 1,3 bilhão (132,0%) das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em 16,1% (R\$ 1,4 bilhão) relativamente ao primeiro bimestre de 2009, alcançando R\$ 7,5 bilhões frente aos R\$ 8,9 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 4,1 bilhões (16,2%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 2,6 bilhões (7,8%)



Os investimentos cresceram 101,2% em 2010 em comparação a 2009. As despesas com o PAC aumentaram 132,0%.

não obstante a redução de R\$ 2,9 bilhões no valor de precatórios pagos (R\$ 3,2 bilhões em 2009 contra R\$ 364,2 milhões em 2010).

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 844,3 milhões, que corresponde a 11,3% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 6,6 bilhões (88,7% do déficit do RGPS).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em decorrência de fatores sazonais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução de 30,5% relativamente ao mês anterior.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009-2010 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	JAN/10	FEV/10
Impostos	28.882,0	17.630,9
Imposto de Renda	22.598,7	11.801,8
IPI	2.876,5	2.548,8
Outros	3.406,8	3.280,2
Contribuições	23.440,0	17.381,5
Cofins	11.494,9	10.112,4
CPMF	8,8	13,1
CSLL	6.331,8	2.835,6
Cide - Combustíveis	690,2	680,1
Outras	4.914,3	3.740,3
Demais	8.166,6	7.017,7
Cota parte	3.837,3	1.330,2
Diretamente Arrecadada	2.229,3	1.624,3
Dividendos da União	78,9	2.052,2
Concessões	233,5	7,1
Outras	1.787,6	2.003,8
Total Bruto	60.488,6	42.030,1

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 42,0 bilhões em fevereiro de 2010 contra R\$ 60,5 bilhões verificados em janeiro (redução de 30,5%). Este comportamento é explicado pelas quedas de R\$ 11,3 bilhões nas receitas de impostos, de R\$ 6,1 bilhões nas de contribuições e de R\$ 1,1 bilhão nas demais receitas do Tesouro.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 17,6 bilhões e as de contribuições R\$ 17,4 bilhões em fevereiro, apresentando, em seu conjunto, diminuição de R\$ 17,3 bilhões (33,1%) em relação aos valores apurados em janeiro. Essa evolução reflete os seguintes fatores: i) a queda de R\$ 6,8 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 3,5 bilhões na da CSLL em função do pagamento, no mês de janeiro, da 1ª cota ou cota única relativa ao resultado apurado no último trimestre de 2009, além da antecipação, para aquele mês, do recolhimento do item Declaração de Ajuste referente ao lucro obtido no exercício anterior; ii) queda de R\$ 3,9 bilhões na arrecadação do IRRF, impactado, especialmente, pelos itens rendimentos do trabalho (queda de R\$ 1,9 bilhão) e rendimentos do capital (decréscimo de R\$ 1,3 bilhão); iii) redução de R\$ 1,4 bilhão na arrecadação da Cofins em decorrência do maior volume de vendas no mês de dezembro, em relação a janeiro, impactando nas arrecadações dos meses posteriores.

A redução de R\$ 1,1 bilhão na arrecadação das demais receitas do Tesouro Nacional refletiu a queda de R\$ 2,5 bilhões na arrecadação da cota parte de compensações financeiras em função do pagamento trimestral, em janeiro, de participação especial relativa à exploração de petróleo e gás natural. Em contrapartida, a receita de dividendos totalizou R\$ 2,1 bilhões em fevereiro, contra R\$ 78,9 milhões verificados no mês anterior.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,6% do PIB até fevereiro de 2010, dos quais 8,9% correspondem à arrecadação de impostos, 7,8% a contribuições e 2,9% relativos às demais receitas.

Comparada ao primeiro bimestre de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 16,3 bilhões (18,9%), passando de R\$ 86,2 bilhões para R\$ 102,5 bilhões. Esse crescimento foi influenciado, principalmente, pelos crescimentos do volume geral de vendas, da produção industrial e

da massa salarial, por alterações na legislação tributária e no valor em dólar das importações e por compensações realizadas em 2009, sem correspondência em 2010.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- incremento de R\$ 5,0 bilhões na Cofins e de R\$ 966,5 milhões no PIS-Pasep, devido: i) à compensação de débitos dessas contribuições, em janeiro e fevereiro de 2009, no valor de R\$ 1,9 bilhão, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; ii) ao crescimento de 13,6% no volume de vendas de dezembro de 2009 a janeiro de 2010 em relação ao período de dezembro de 2008 a janeiro de 2009; iii) as desonerações promovidas pelas Leis nºs 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009, 12.024/2009 e 12.096/2009.
- crescimento de R\$ 2,0 bilhões na arrecadação de IRPJ e de 851,9 milhões na de CSLL, refletindo a retomada da economia observada no último trimestre de 2009 e a antecipação, em janeiro de 2010, de recolhimento do ajuste relativo ao ano de 2009.
- aumento de R\$ 1,3 bilhão da CIDE-Combustíveis em função das compensações, no valor de R\$ 700 milhões, no período de janeiro a fevereiro de 2009, e do aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel conforme Decreto nº 6.875/2009.
- incremento de R\$ 850,0 milhões na arrecadação de IPI refletindo i) a mudança do prazo de apuração e recolhimento do IPI-Fumo estabelecida pela Lei nº 11.993/2009; ii) o ajuste linear de 23,5% das alíquotas do IPI-Fumo; iii) a alteração da tabela de incidência do IPI-Automóveis; iv) o crescimento de 17,5% na produção industrial acumulada de dezembro de 2009 a janeiro de 2009 em relação a dezembro de 2008 a janeiro de 2009, impactando o IPI outros; v) as desonerações instituídas pelos Decretos nºs 6.696/2008, 6.890/2009, 6.996/2009, 7.016/2009 e 7.017/2009.
- queda de R\$ 403,5 milhões na arrecadação de IRRF, refletindo o crescimento de R\$ 778,5 milhões no imposto sobre rendimentos do trabalho e as diminuições de R\$ 603,2 milhões no imposto sobre os rendimentos de capital e de R\$ 626,6 milhões no IRRF sobre remessas ao exterior.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, alcançou crescimento de R\$ 4,2 bilhões (37,7%) em relação ao primeiro bimestre de 2009, decorrente, sobretudo, do acréscimo de R\$ 1,8 bilhão (54,8%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função do aumento do preço internacional do petróleo.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Impostos	42.897,2	46.512,8
Imposto de Renda	32.674,8	34.400,5
IPI	4.575,3	5.425,3
Outros	5.647,0	6.687,0
Contribuições	32.309,0	40.821,5
Cofins	16.622,3	21.607,3
CPMF	21,4	21,9
CSLL	8.315,6	9.167,4
Cide - Combustíveis	63,0	1.370,2
Outras	7.286,6	8.654,6
Demais	11.028,6	15.184,3
Cota parte	3.338,2	5.167,5
Diretamente Arrecadada	4.083,3	3.853,6
Dividendos da União	1.406,7	2.131,1
Concessões	230,8	240,6
Outras	1.969,6	3.791,5
Total Bruto	86.234,7	102.518,7

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Impostos	9,10%	8,90%
Imposto de Renda	6,93%	6,59%
IPI	0,97%	1,04%
Outros	1,20%	1,28%
Contribuições	6,86%	7,81%
Cofins	3,53%	4,14%
CPMF	0,00%	0,00%
CSLL	1,76%	1,75%
Cide - Combustíveis	0,01%	0,26%
Outras	1,55%	1,66%
Demais	2,34%	2,91%
Cota parte	0,71%	0,99%
Diretamente Arrecadada	0,87%	0,74%
Dividendos da União	0,30%	0,41%
Concessões	0,05%	0,05%
Outras	0,42%	0,73%
Total Bruto	18,30%	19,62%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Demais	11.028,6	15.184,3
Cota parte	3.338,2	5.167,5
Plano do Servidor (CPSS)	1.246,9	1.538,9
Diretamente Arrecadada	4.083,3	3.853,6
Dividendos da União	1.406,7	2.131,1
Concessões	230,8	240,6
Outras	722,6	2.252,6

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009-2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/10	FEV/10
Constitucionais (IR/PI/outros)	7.688,1	9.316,4
CIDE-Combustíveis	453,1	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	2.346,8	3.474,4
Total	10.650,6	12.953,3

¹ Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
Decêndio	Jan	Fev
Terceiro Decêndio	7.471,8	14.647,1
Primeiro Decêndio	2.937,0	1.468,2
Segundo Decêndio	6.420,1	4.431,5
Total	16.828,8	20.546,8

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/PI/outros)	3,64%	3,26%
CIDE - Combustíveis	0,06%	0,09%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,07%	0,06%
Demais	0,77%	1,11%
Total	4,54%	4,52%

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/10	FEV/10
Pessoal e Encargos	14.222,6	12.139,5
Custeio e Capital	17.126,6	13.836,0
Despesas do FAT	1.425,6	1.799,6
Subsídios e Subvenções	965,7	661,6
LOAS/RMV	1.587,6	1.977,7
Outras	13.147,7	9.397,1
Transferência ao Bacen	78,5	113,2

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	JAN/10	FEV/10
Agricultura	787,5	278,0
Custeio Agropecuário	3,0	3,4
Investimento Rural	7,9	-0,1
Preços Agrícolas	467,3	176,4
- EGF	86,5	0,2
- AGF	259,6	106,2
- Sustent. de preços	121,2	70,0
Pronaf	23,0	17,9
Pesa	29,4	0,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	236,9	75,1
FUNCAFÉ	20,0	5,4
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	-127,1	-30,2
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-1,7	-0,9
Exportação (Proex)	-125,3	-29,3
Total	660,4	247,8

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

Em fevereiro, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 13,0 bilhões, contra R\$ 10,7 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de 21,6%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 9,3 bilhões, com aumento de R\$ 1,6 bilhão (21,2%) frente a janeiro, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de dezembro comparado com o de janeiro, com reflexos nas transferências de janeiro e fevereiro.

Em relação ao primeiro bimestre de 2009, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 2,2 bilhões (10,3%), elevando-se de R\$ 21,4 bilhões em 2009 para R\$ 23,6 bilhões em 2010. Os principais fatores explicativos dessa evolução são *os repasses de royalties e partição especial pela exploração de petróleo a gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo*, e as maiores transferências a título de complementação do Fundeb e do apoio financeiro instituído pela Lei nº 12.058/2009.

Em fevereiro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 26,1 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 5,3 bilhões (17,0%) relativamente a janeiro. Contribuíram para este resultado a redução de R\$ 3,3 bilhões (19,2%) registrado nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 2,1 bilhões (14,6%) registrado na despesa de Pessoal e Encargos Sociais.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais reduziram-se em R\$ 2,1 bilhões em relação ao mês anterior, devido, principalmente, à concentração dos pagamentos relativos às férias dos servidores em dezembro, assim como do 13º salário do funcionalismo público do Poder Executivo naquele mês, com impacto financeiro no mês de janeiro, sem equivalente em fevereiro de 2010.

O decréscimo observado nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, à redução de Outras Despesas de Custeio e Capital em R\$ 3,8 bilhões (28,5%) e das despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas, que diminuíram R\$ 304,1 milhões (31,5%). Por outro lado, houve aumento nas despesas de LOAS/RMV, em R\$ 390,1 milhões (24,6%) e do FAT em R\$ 374,0 milhões (26,2%).

No caso das despesas do FAT, verificou-se pagamento no montante de R\$ 120,0 milhões em benefícios de abono salarial PIS/Pasep no mês de fevereiro, sem o respectivo desembolso em janeiro, de acordo com o estabelecido no calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2009/2010 (julho/2009 a junho/2010), regulamentado pela Resolução Codefat nº 605, de 27 de maio de 2009. Ademais, os gastos com seguro desemprego atingiram R\$ 1,6 bilhão, em fevereiro, despesa 15,6% superior a do mês de janeiro.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, a redução das despesas ocorreu, principalmente, no âmbito do Fundo da Terra/Incrá em R\$ 161,7 mi-

lhões, e na execução dos Preços Agrícolas, especialmente no Programa de Aquisição do Governo Federal – AGF; neste ela foi inferior em R\$ 153,4 milhões em relação ao mês anterior. Por outro lado, houve aumento nas despesas com o Programa de Financiamento às Exportações – Proex em R\$ 96,0 milhões.

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, o decréscimo observado concentrou-se principalmente nas despesas discricionárias, totalizando R\$ 3,4 bilhões (31,4%), e nos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE), em R\$ 360,1 milhões (96,7%). Dentre as despesas discricionárias, houve redução no desempenho dos Ministérios da Educação (R\$ 708,8 milhões), da Saúde (R\$ 680,1 milhões), da Defesa (R\$ 572,4 milhões), do Desenvolvimento Social (R\$ 486,3) e do Desenvolvimento Agrário (R\$ 154,6 milhões). Por outro lado, houve aumento no desempenho do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC em R\$ 148,5 milhões.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 11,0 % do PIB no bimestre, contra 11,1 % no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 5,0 bilhões (9,5%) em relação a 2009, destacando-se os incrementos de R\$ 6,3 bilhões (25,5%) nas Despesas de Custeio e Capital, em contrapartida à redução de R\$ 1,3 bilhão (4,7%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Os dispêndios com a folha salarial registram redução de 0,83 p.p em relação ao PIB no período, passando de 5,87% em 2009, para 5,05% em 2010. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, a redução foi de R\$ 81,2 milhões (4,2%) enquanto no Poder Executivo houve acréscimo de R\$ 1,3 bilhão (15,6%). Essa redução decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 256,9 milhões frente ao desembolso de R\$ 4,4 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,24% para 5,93% do PIB (acréscimo de 0,69 p.p.), explicados por: i) incremento de 0,63 p.p. na rubrica ‘Outras Despesas de Custeio e Capital’; ii) aumento de 0,08 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV; iii) redução de 0,02 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego e gastos operacionais do FAT; e iv) manutenção em 0,31 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas.

As despesas do FAT atingiram R\$ 3,2 bilhões nos dois primeiros meses de 2010, contra R\$ 3,0 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 1,6 bilhão em 2010, contra R\$ 1,5 bilhão em 2009, acréscimo de R\$ 174,0 milhões (12,0 %). Este resultado decorreu do aumento dos seguintes Programas: i) Fundo da

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/10	FEV/10
Sentenças Judiciais	9,1	6,7
Legislativo	73,5	87,3
Judiciário	361,6	346,8
Crédito Extraordinário ¹	447,9	306,4
PAC ²	1.059,3	1.207,8
Outras ³	427,6	52,5
Discricionárias	10.768,7	7.389,6
d/q Min. da Saúde	4.153,1	3.472,9
Min. do Des. Social	1.767,7	1.281,3
Min. da Educação	1.566,6	857,7
Min. da Defesa	1.134,1	561,7
Min. da Ciência e Tec.	163,0	269,4
Min. do Des. Agrário	213,0	58,4
Min. da Justiça	229,1	155,2
Min. da Previdência	141,2	74,8
Min. dos Transportes	203,1	71,9
Min. das Cidades	64,4	38,9
Demais	1.133,6	547,4
Total	13.147,7	9.397,1

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12053/2009.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, arrendados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	11,14%	11,01%
Pessoal e Encargos	5,87%	5,05%
Custeio e Capital	5,24%	5,93%
Despesas do FAT	0,64%	0,62%
Subsídios e Subvenções [*]	0,31%	0,31%
LOAS/RMV	0,61%	0,68%
Outras	3,68%	4,32%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,04%

^{*} Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Agricultura	952,2	1.065,5
Custeio Agropecuário	177,2	6,3
Investimento Rural	15,8	7,8
Preços Agrícolas	379,9	643,6
- EGF	10,8	86,6
- AGF	227,6	365,8
- Sustent. de preços	141,5	191,2
Pronaf	229,9	40,9
Pesa	0,0	29,4
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	124,3	312,0
FUNCAFÉ	25,0	25,4
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	-63,9	-157,3
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-43,6	-2,6
Exportação (Proex)	-20,3	-154,7
Total	888,3	908,2

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos

² Dados revisados

Em 2010, os gastos com investimentos do governo federal apresentaram incremento de R\$ 2,7 bilhões (101,2%) em relação ao exercício de 2009.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Sentenças Judiciais	1.575,7	15,8
Legislativo	171,1	160,8
Judiciário	643,5	708,5
Crédito Extraordinário ¹	249,9	754,3
PAC ²	977,2	2.267,1
Outras ³	146,9	480,1
Discricionárias	13.589,5	18.158,4
d/q Min. da Saúde	6.785,6	7.626,0
Min. do Des. Social	2.076,4	3.049,0
Min. da Educação	1.236,4	2.424,3
Min. da Defesa	640,3	1.695,8
Min. da Ciência e Tec.	374,3	432,3
Min. do Des. Agrário	237,5	271,4
Min. da Justiça	280,5	384,3
Min. da Previdência	178,7	216,0
Min. dos Transportes	197,7	275,0
Min. das Cidades	64,6	103,3
Demais	1.517,6	1.681,1
Total	17.353,7	22.544,9

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

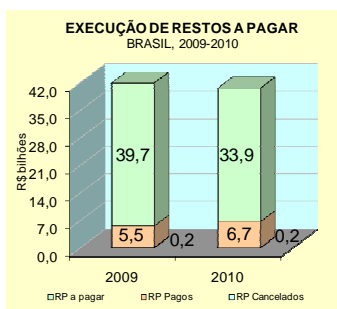
² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12053/2009.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Terra/Inkra (R\$ 187,7 milhões); e ii) Aquisição do Governo Federal – AGF (R\$ 138,1 milhões). Por outro lado, houve redução nos dispêndios do Pronaf (R\$ 189,0 milhões), de Custeio Agropecuário (R\$ 170,9 milhões) e do Proex (R\$ 134,3 milhões). As despesas com os fundos regionais passaram de R\$ 565,0 milhões em 2009 para R\$ 458,2 milhões em 2010, enquanto as despesas de reordenamento de passivos em fevereiro totalizaram R\$ 260,9 milhões.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 710,9 milhões (24,9 %) em relação ao mesmo período de 2009. Essa variação é explicada pelos reajustes de 12,0% e 9,7% do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8,0% no primeiro bimestre de 2010 relativamente a igual período de 2009 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,5 milhão foi destinado aos idosos e 1,6 milhão aos portadores de necessidades especiais.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2010						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
fev/01	1.225.738	-	411.513	-	814.225	-
fev/02	1.357.874	11%	482.675	17%	875.200	7%
fev/03	1.576.513	16%	593.803	23%	982.710	12%
fev/04	1.731.012	10%	690.604	16%	1.040.408	6%
fev/05	2.085.175	20%	948.443	37%	1.136.732	9%
fev/06	2.306.660	11%	1.081.598	14%	1.225.062	8%
fev/07	2.494.631	8%	1.193.925	10%	1.300.706	6%
fev/08	2.709.364	9%	1.309.432	10%	1.399.932	8%
fev/09	2.961.813	9%	1.437.536	10%	1.524.277	9%
fev/10	3.190.763	8%	1.548.937	8%	1.641.826	8%



As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 5,2 bilhões (29,9%) em fevereiro em relação ao exercício anterior, destacando-se os gastos discricionários, com aumento de R\$ 4,6 bilhões (33,6%), Créditos Extraordinários, com elevação de R\$ 504,4 milhões (201,9%) e gastos no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE) em R\$ 351,6 milhões. Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (R\$ 1,2 bilhão), da Defesa (R\$ 1,1 bilhão), do Desenvolvimento Social (R\$ 972,7 milhões) e da Saúde (R\$ 840,4 milhões). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 5,4 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 2,7 bilhões (101,2%) em relação ao ano de 2009.

O montante pago de restos a pagar (RP) em fevereiro de 2010, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 6,7 bilhões, equivalentes a 16,5% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 5,3 % no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 1,8 bilhão refere-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 6,9% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 2,0 bilhões), da Educação (R\$ 1,4 bilhão), da Defesa (R\$ 701,5 milhões), da Fazenda (R\$ 299,6 milhões) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 260,4 milhões).

Em fevereiro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,8 bilhões contra um déficit de R\$ 3,7 bilhões em janeiro (aumento de 2,0%). No primeiro bimestre do ano, observou-se uma redução do déficit no montante de R\$ 1,4 bilhão (16,1%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Previdência Social

Em fevereiro de 2010, a Previdência Social registrou um déficit de R\$ 3,8 bilhões. No primeiro bimestre deste ano, o déficit atingiu R\$ 7,5 bilhões, frente a R\$ 8,9 bilhões do ano passado. Com isto, o déficit caiu do equivalente a 1,89% do PIB, no primeiro bimestre de 2009, para 1,43% do PIB, no acumulado até fevereiro de 2010.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JAN	FEV	JAN-FEV	
	2010	2010	2009	2010
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	14.076,0	15.207,3	25.201,0	29.283,4
Arrecadação Bruta	16.821,8	16.868,4	29.096,8	33.690,2
- Contribuição Previdenciária	15.061,7	15.499,0	27.527,2	30.560,7
- Simples	1.605,1	1.262,7	1.290,1	2.867,8
- CFT	53,3	19,9	48,0	73,2
- Depósitos Judiciais	90,1	77,3	184,6	167,4
- Refis	11,6	9,5	46,9	21,1
(-) Restituição/Devolução	-12,2	-52,1	-58,6	-64,4
(-) Transferências a Terceiros	-2.733,5	-1.608,9	-3.837,1	-4.342,5
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	17.784,4	18.988,4	34.125,9	36.772,8
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.708,4	-3.781,1	-8.924,9	-7.489,5
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,89%	-1,43%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 15,2 bilhões em fevereiro, apresentando uma elevação de R\$ 1,1 bilhão (8,0%) frente aos ingressos líquidos de janeiro. A principal razão foi a redução das transferências a terceiros (R\$ 1,6 bilhão em fevereiro, contra R\$ 2,7 bilhões em janeiro), fenômeno periódico que reflete o incremento sazonal dessas transferências no mês de janeiro, devido ao impacto das contribuições sobre as gratificações natalinas com respeito ao valor dos repasses devidos a terceiras entidades (FNDE, Sesi, Senai, Sesc e outros). Em relação ao primeiro bimestre de 2009, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 4,1 bilhões (16,2%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-FEV (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Contribuição	25.201,0	29.283,4	16,2%
Urbano	24.600,8	28.604,6	16,3%
Rural	600,2	678,8	13,1%
Benefícios	34.125,9	36.772,8	7,8%
Urbano	27.301,1	29.448,9	7,9%
Rural	6.824,8	7.324,0	7,3%
Res. Primário	-8.924,9	-7.489,5	-16,1%
Urbano	-2.700,3	-844,3	-68,7%
Rural	-6.224,7	-6.645,2	6,8%

salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2009 e janeiro de 2010 foi 5,2% superior à verificada no período correspondente de 2008/2009.

As despesas com benefícios em fevereiro alcançaram o montante de R\$ 19,0 bilhões, elevando-se em R\$ 1,2 bilhão (6,8%) com relação a janeiro. Em relação ao primeiro bimestre de 2009, por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 2,6 bilhões (7,8%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 74,11 (11,6%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 709,6 mil (3,1%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Deve-se ressaltar, ainda, a redução de R\$ 2,9 bilhões (88,7%) no pagamento de precatórios e sentenças judiciais, em comparação com os dois primeiros meses de 2009.

No estoque de benefícios do primeiro bimestre de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, destacam-se os aumentos de 602,6 mil aposentadorias (4,1%) e de 176,9 mil pensões por morte (2,8%), bem como a redução de 87,8 mil benefícios de auxílio-doença (7,0%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-FEV			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Quantidade RGPS*	22,8	23,5	3,1%
Valor médio RGPS**	636,5	710,7	11,6%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

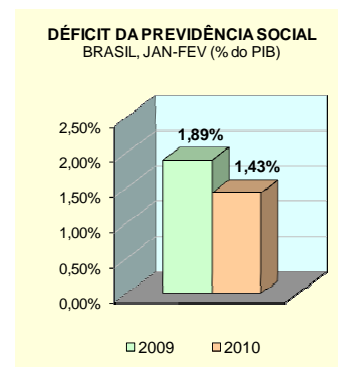
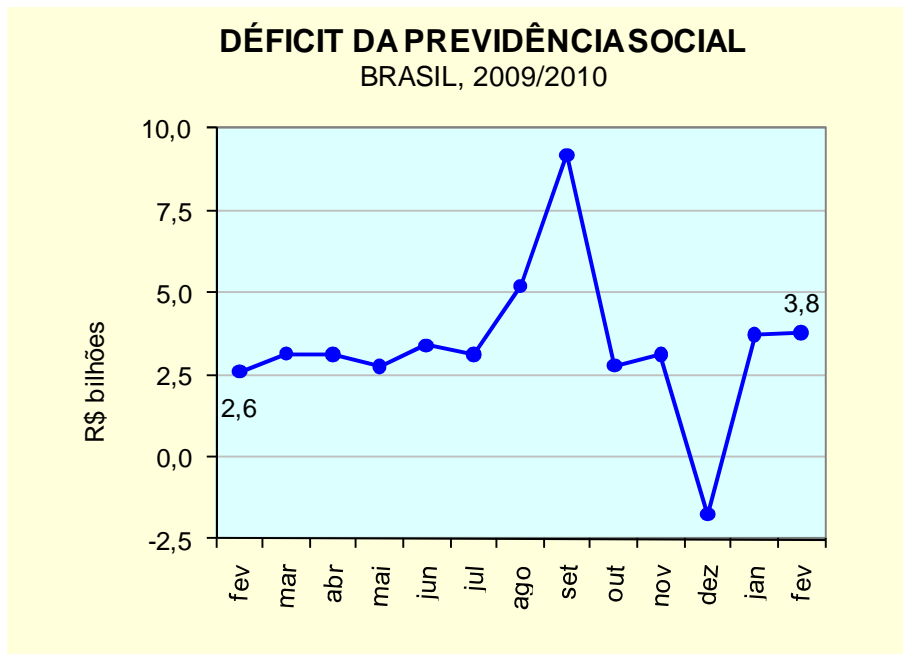
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Contribuição	5,35%	5,61%
Urbano	5,22%	5,48%
Rural	0,13%	0,13%
Benefícios	7,24%	7,04%
Urbano	5,79%	5,64%
Rural	1,45%	1,40%
Res. Primário	-1,89%	-1,43%
Urbano	-0,57%	-0,16%
Rural	-1,32%	-1,27%

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

	Em mil benefícios			
	JAN	FEV	JAN	
	2010	2010	2009	2010
Benefícios do RGPS	23.521	23.499	22.800	23.510
Previdenciários	22.733	22.722	22.003	22.728
Aposentadorias	15.107	15.139	14.527	15.123
Idade	7.878	7.895	7.540	7.887
Invalidez	2.903	2.908	2.845	2.905
Tempo de contribuição	4.327	4.336	4.141	4.331
Pensão por morte	6.468	6.481	6.296	6.474
Auxílio-Doença	1.037	987	1.082	1.012
Salário - maternidade	69	62	53	65
Outros	53	52	46	53
Acidentários	787	777	797	782
Aposentadorias	160	160	154	160
Pensão por morte	127	127	128	127
Auxílio - doença	151	140	163	146
Auxílio - acidente	275	276	273	276
Auxílio - suplementar	74	74	79	74

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,26 p.p. em relação aos primeiros dois meses de 2010. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários diminuíram 0,20 p.p. Como resultado, o déficit primário

do RGPS se reduziu para 1,43% do PIB, 0,46 p.p. menor que o registrado no mesmo período do ano anterior.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em fevereiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 818,8 bilhões, o equivalente a 25,1% do PIB.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 818,8 bilhões em fevereiro, o correspondente a 25,1% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 5,8 bilhões em termos nominais. Contudo, em relação ao PIB, houve uma redução de 0,2 ponto percentual. O aumento do estoque da dívida interna líquida em R\$ 10,4 bilhões contribuiu para esse resultado, sendo parcialmente compensado pela redução de R\$ 4,6 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

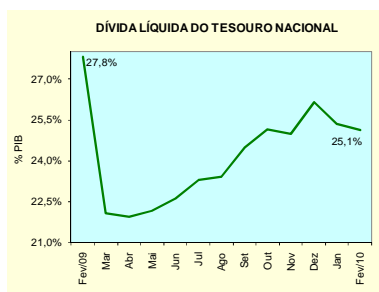


TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	
	FEV	JAN	FEV
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	715.154	711.372	721.807
I.1. Dívida Interna	1.714.352	1.949.888	1.994.165
I.2. Haveres Internos	999.198	1.238.516	1.272.358
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	133.224	101.635	97.029
II.1. Dívida Externa	133.600	101.928	97.307
II.2. Haveres Externos	376	293	278
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	848.377	813.007	818.835
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	27,8%	25,3%	25,1%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Em relação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB reduziu 2,7 pontos percentuais, passando de 27,8% em fevereiro de 2009 para 25,1% em fevereiro de 2010. Em termos nominais, houve redução de R\$ 29,5 bilhões, no mesmo período, resultado da queda de R\$ 36,2 bilhões no estoque da dívida externa líquida e do crescimento de R\$ 6,7 bilhões no estoque da dívida interna líquida.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de fevereiro com um saldo de R\$ 721,8 bilhões, o equivalente a 22,1% do PIB. Em comparação ao mês anterior, houve crescimento de R\$ 10,4 bilhões em termos nominais; entretanto, em relação ao PIB diminuiu 0,1 p.p., efeito da combinação da elevação de R\$ 44,3 bilhões no estoque da dívida e de R\$ 33,8 bilhões nos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, reduziu 1,4 p.p., passando de 23,5% em fevereiro de 2009 para 22,1% em fevereiro de 2010. Em termos nominais, observou-se um crescimento de R\$ 6,6 bilhões, resultado do aumento de R\$ 279,8

bilhões no estoque da dívida interna compensado em grande parte pelo crescimento de R\$ 273,2, bilhões nos haveres internos.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

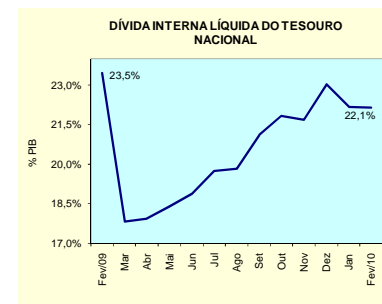
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009 FEV	2010 JAN	2010 FEV
I. DÍVIDA INTERNA	1.714.352	1.949.888	1.994.165
I.1. Dívida Mobiliária	1.692.137	1.933.134	1.977.650
DPMFi em Poder do Público ¹	1.247.399	1.355.728	1.397.663
DPMFi em Poder do Banco Central	465.516	600.726	603.739
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(20.778)	(23.320)	(23.752)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.215	16.754	16.515
II. HAVERES INTERNOS	999.198	1.238.516	1.272.358
II.1. Disponibilidades Internas	182.233	323.739	355.004
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	450.194	437.877	440.665
II.3. Haveres da Administração Indireta	210.080	220.090	220.930
II.4. Haveres Administrados pela STN	156.691	256.810	255.760
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	715.154	711.372	721.807
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	23,5%	22,2%	22,1%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.



A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e outros fundos públicos em títulos federais, cresceu R\$ 44,5 bilhões comparativamente ao mês anterior (0,4 p.p. em relação ao PIB). Essa redução da DPMFi está associada ao resgate líquido de R\$ 28,0 bilhões, compensado pela apropriação de juros no valor de R\$ 16,9 bilhões. Em relação a fevereiro do ano anterior, o aumento foi de R\$ 285,5 bilhões em termos nominais, ou 5,2 p.p. em proporção do PIB, passando de 55,5% para 60,7% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público, houve aumento de R\$ 41,9 bilhões, em decorrência das emissões líquidas de R\$ 30,2 bilhões, contra uma apropriação de juros no total de R\$ 11,7 bilhões. Na carteira do Banco Central houve crescimento de R\$ 3,0 bilhões, consequência do resgate líquido no valor de R\$ 2,2 bilhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 5,2 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram no estoque de LTN (aumento de R\$ 14,7 bilhões), de NTN-B (aumento de R\$ 10,1 bilhões), e de LFT (aumento de R\$ 9,2 bilhões).

Título	R\$ bilhões		
	2009 FEV	2010 JAN	2010 FEV
Em Poder do Público	1.247	1.356	1.398
LFT	482	517	526
LTN	188	215	229
NTN-B	306	341	352
NTN-C	58	57	58
NTN-F	166	186	194
Demais ¹	46	39	39
Aplic. em Tit. Púb.	-21	-23	-24
Na carteira do BCB	466	601	604
Total	1.692	1.933	1.978
% PIB	55,5%	60,3%	60,7%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A Dívida Interna Líquida caiu de R\$ 22,2% do PIB, em janeiro, para 22,1%, totalizando R\$ 721,8 bilhões no mês de fevereiro.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, FEV/2010

Título	Saldo Jan/10	Fatores de Variação ¹¹			Saldo Fev/10
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.355,7	39,7	-9,5	11,7	1.397,7
LFT	517,2	8,4	-2,2	3,0	526,4
LTN	214,6	13,0	0,0	1,7	229,2
NTN-B	341,5	11,6	-5,9	4,4	351,6
NTN-C	56,9	0,0	0,0	1,1	57,9
NTN-F	186,5	6,7	-1,0	1,6	193,8
Demais ¹⁴	39,1	0,0	-0,4	0,0	38,7
Na carteira do BCB	600,7	0,0	-2,2	5,2	603,7
Total	1.956,5	39,7	-11,7	16,9	2.001,4

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS BRASIL, 2009/2010			
Discriminação	R\$ bilhões		
	2009		2010
	FEV	JAN	FEV
Lei 9.496/97	319,8	316,7	320,1
MP 2.185/01	50,3	50,6	51,2
Lei 8.727/93	41,0	37,3	37,0
Antecipação de Royalties	12,2	11,1	10,3
Bônus Renegociados	9,1	6,5	6,3
Lei 7.976/89	1,1	0,0	0,0
Demais Haveres	16,7	15,7	15,8
Total	450,2	437,9	440,7
% PIB	14,8%	13,7%	13,5%

Os haveres internos do Tesouro Nacional cresceram R\$ 33,8 bilhões em relação ao mês anterior. Houve aumento de R\$ 31,3 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 2,8 bilhões nos haveres junto aos governos regionais e de R\$ 839,4 milhões nos haveres da administração indireta. No mesmo período, diminuíram os haveres administrados pela STN em R\$ 1,0 bilhão.

Relativamente aos haveres da administração indireta, as maiores variações ocorreram nos haveres dos Fundos Constitucionais Regionais e do FAT, com aumento de R\$ 617,2 milhões e R\$ 611,4 milhões, respectivamente. Nos haveres administrados pela STN, a variação mais significativa ocorreu no saldo dos haveres de legislação específica, cuja redução alcançou R\$ 1,0 bilhão.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, aumentaram os saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01, com crescimento de R\$ 3,4 bilhões e de R\$ 636,1 milhões, respectivamente.

O aumento expressivo do saldo referente às dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 deve-se ao crescimento nos saldos devedores das dívidas de estados e municípios, em que as amortizações ocorridas no período foram superadas pela incidência dos juros contratuais, medida pelo IGP-DI, que no mês de janeiro registrou inflação de 1,0%. Pelos termos contratuais, a correção monetária é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de referência da apuração do saldo.

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA BRASIL, 2009/2010			
Entidade	R\$ bilhões		
	2009		2010
	FEV	JAN	FEV
FAT	136,0	139,2	139,8
Fundos Regionais	45,8	51,8	52,4
Demais	28,2	29,1	28,7
Total	210,1	220,1	220,9

Em fevereiro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 97,0 bilhões, contra R\$ 101,6 bilhões em janeiro. Houve redução de R\$ 4,6 bilhões em termos nominais e de 0,2 p.p. do PIB. A variação nos valores nominais resultou da apropriação positiva de juros no valor de R\$ 818,4 milhões e da variação cambial no montante de R\$ 3,3 bilhões e do resgate líquido de R\$ 2,1 bilhões.

Dívida Externa Líquida

Em fevereiro de 2010, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 97,0 bilhões, equivalentes a 3,0% do PIB, contra R\$ 133,2 bilhões (4,4% do PIB) em fevereiro do ano anterior.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	
	FEV	JAN	FEV
I. DÍVIDA EXTERNA	133.600	101.928	97.307
I.1. Dívida Mobiliária	102.037	80.386	76.578
Euro	12.038	9.619	7.865
Global US\$	79.252	60.085	57.943
Global BRL	10.367	10.443	10.539
Demais	379	239	232
I.2. Dívida Contratual	31.562	21.542	20.729
Organismos Internacionais	26.512	17.963	17.278
Bancos Privados e Agências Governamentais	5.051	3.579	3.450
II. HAVERES EXTERNOS	376	293	278
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	376	293	278
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	133.224	101.635	97.029
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹¹	4,4%	3,2%	3,0%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 36,2 bilhões, passando de R\$ 133,2 bilhões em fevereiro de 2009 para R\$ 97,0 bilhões em fevereiro de 2010. Em percentual do PIB, a redução foi de 1,4 p.p.

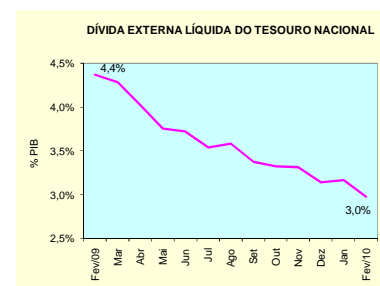
TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, FEV/2010

Discriminação	Estoque Jan/10	Fatores de Variação				Estoque Fev/10
		R\$ milhões				
		Emissões	Resgates ¹¹	Juros ¹²	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária¹³	80.386	0	(2.036)	784	(2.556)	76.578
Global US\$	60.085	0	(578)	480	(2.045)	57.943
Euro	9.619	0	(1.458)	207	(503)	7.865
Global BRL	10.443	0	0	96	0	10.539
Demais	239	0	0	1	(8)	232
Dívida Contratual	21.542	13	(86)	35	(775)	20.729
Org. Internacionais	17.963	2	(58)	21	(651)	17.278
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.579	11	(28)	14	(124)	3.450
Total	101.928	13	(2.122)	818,4	(3.330,3)	97.307

¹¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

¹² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

¹³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.



Do estoque total da dívida, a dívida mobiliária corresponde a 78,7% (R\$ 76,6 bilhões); e a dívida contratual representa 21,3% (R\$ 20,7 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Fevereiro 2010/2009

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Fev/2009	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2010
I. RECEITA TOTAL	48.346,9	55.909,2	62.886,2	56.336,7	55.031,9	60.323,9	60.823,2	53.503,4	69.410,0	74.239,9	79.647,5	73.899,1	57.107,2
I.1. Receitas do Tesouro	35.005,8	41.542,0	48.620,8	41.756,3	40.775,0	45.857,3	46.222,8	39.227,5	54.367,3	57.189,3	53.797,3	59.661,4	41.701,1
I.1.1. Receita Bruta	35.366,2	41.933,1	48.836,1	42.292,6	42.707,7	48.270,6	47.183,4	40.225,6	55.725,3	59.509,0	56.927,9	60.488,6	42.030,1
- Impostos	16.411,2	21.071,7	22.855,0	17.502,1	21.455,9	21.257,9	17.257,9	18.453,4	26.120,0	23.867,6	24.866,7	28.882,0	17.630,9
- Contribuições	13.930,3	16.204,3	17.460,4	15.301,5	16.159,1	18.499,4	16.683,2	18.158,9	20.895,5	21.057,7	19.785,2	23.440,0	17.381,5
- Demais ¹	5.024,7	4.657,1	8.520,7	9.489,0	5.092,7	7.948,5	13.242,2	3.613,3	8.709,8	14.583,7	12.276,0	8.166,6	7.017,7
I.1.2. (-) Restituições	-360,4	-391,0	-187,9	-508,8	-1.932,7	-2.413,4	-960,6	-998,1	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6	-822,0	-329,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	13.169,2	14.209,6	14.089,7	14.400,8	14.063,9	14.287,4	14.400,2	14.091,0	14.864,9	16.808,5	25.591,5	14.076,0	15.207,3
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	12.867,7	13.868,7	13.665,1	13.926,8	13.642,2	13.925,5	14.033,3	13.727,8	14.496,9	16.410,0	25.147,2	13.720,4	14.884,1
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	301,5	340,9	424,6	474,0	421,7	361,8	366,9	363,2	368,0	398,5	444,3	355,6	323,2
I.3. Receitas do Banco Central	171,9	157,6	175,6	179,6	193,1	179,2	200,3	185,0	177,8	242,1	258,6	161,7	198,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.934,3	8.174,7	9.347,8	12.835,0	12.915,2	7.796,1	10.093,0	8.111,1	10.946,5	12.176,5	13.896,2	10.650,6	12.953,3
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	8.279,2	6.611,7	7.829,6	9.345,4	8.079,4	6.232,7	7.233,7	6.436,5	7.431,5	9.145,5	12.046,9	7.688,1	9.316,4
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	28,2	0,0	0,0	254,0	0,0	0,0	406,4	0,0	0,0	453,1	0,0
II.4. Demais	2.492,6	1.400,6	1.327,6	3.327,1	2.723,2	1.147,0	2.696,9	1.512,3	2.946,2	2.868,5	1.686,9	2.346,8	3.474,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	37.412,6	47.734,5	53.538,4	43.501,7	42.116,7	52.527,8	50.730,2	45.392,3	58.463,5	62.063,4	65.751,3	63.248,5	44.153,9
IV. DESPESA TOTAL	38.523,9	41.108,0	43.507,0	43.868,6	42.734,9	51.018,1	47.347,5	53.206,0	47.228,6	51.400,6	64.051,5	49.381,8	45.245,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	11.181,5	11.145,3	11.099,4	10.867,4	11.348,2	14.375,4	11.422,6	11.701,8	11.746,6	13.400,3	16.869,3	14.222,6	12.139,5
IV.2. Benefícios Previdenciários	15.756,4	17.340,3	17.189,1	17.140,5	17.445,3	17.380,8	19.591,7	23.263,8	17.639,1	19.924,7	23.835,0	17.784,4	18.988,4
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	12.610,4	13.877,0	13.772,6	13.723,0	13.964,4	13.912,5	15.666,4	18.602,2	14.152,4	15.956,6	19.097,6	14.242,2	15.201,6
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	3.146,0	3.463,3	3.416,5	3.417,5	3.480,9	3.468,3	3.925,3	4.661,1	3.486,7	3.968,1	4.737,5	3.537,2	3.786,8
IV.3. Custeio e Capital	11.333,9	12.259,1	14.879,7	15.568,6	13.633,5	18.929,2	15.972,3	17.891,3	17.491,6	17.640,5	22.878,2	17.126,6	13.836,0
IV.3.1. Despesa do FAT	1.553,8	2.065,6	1.705,4	1.930,2	1.925,4	4.926,0	2.798,2	2.347,3	2.462,8	2.101,1	2.151,7	1.425,6	1.799,6
- Abono e Seguro Desemprego	1.511,6	2.012,9	1.667,4	1.882,9	1.898,5	4.896,7	2.768,1	2.312,5	2.409,1	2.049,8	2.093,5	1.402,5	1.741,7
- Demais Despesas do FAT	42,3	52,7	38,1	47,3	26,9	29,3	30,1	34,8	53,7	51,3	58,2	23,1	57,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	375,7	-1.489,9	716,3	721,3	-1.365,9	697,7	871,0	940,3	1.443,5	722,7	700,3	965,7	661,6
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	134,6	-1.704,7	432,8	289,9	-1.619,7	599,6	714,5	733,9	1.264,3	401,8	356,3	771,0	398,1
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	241,1	214,8	283,5	431,4	253,9	98,1	156,6	206,4	179,2	321,0	344,0	194,7	263,5
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.467,8	1.615,5	1.581,2	1.586,7	1.598,3	1.593,2	1.601,7	1.610,9	1.628,5	1.633,9	1.641,6	1.587,6	1.977,7
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.936,6	10.067,8	10.876,7	11.330,4	11.475,7	11.712,2	10.701,4	12.992,8	11.956,6	13.182,8	18.384,6	13.147,7	9.397,1
- Outras Despesas de Custeio	6.726,2	8.372,5	8.515,0	8.815,3	8.727,0	8.722,3	8.450,7	9.691,5	8.583,3	9.959,1	11.411,9	10.287,8	6.815,5
- Outras Despesas de Capital ⁶	1.210,4	1.695,4	2.361,7	2.515,1	2.748,7	2.989,9	2.250,7	3.301,3	3.373,3	3.223,7	6.972,7	2.859,9	2.581,6
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	107,8	92,0	100,1	88,8	88,5	89,6	106,3	102,1	104,1	104,0	142,1	78,5	113,2
IV.5. Despesas do Banco Central	144,3	271,4	238,8	203,2	219,4	243,1	254,5	247,0	247,2	331,2	326,9	169,7	168,4
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	-1.111,3	6.626,5	10.031,4	-366,9	-618,2	1.509,6	3.382,7	-7.813,7	11.234,9	10.662,8	1.699,8	13.866,6	-1.091,6
VI.1. Tesouro Nacional	1.448,3	9.870,9	13.193,9	2.396,4	2.789,6	4.667,0	8.628,4	1.421,1	14.078,5	13.868,1	11,6	17.583,1	2.659,1
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-2.587,2	-3.130,6	-3.099,4	-2.739,7	-3.381,4	-3.093,5	-5.191,5	-9.172,8	-2.774,2	-3.116,3	1.756,5	-3.708,4	-3.781,1
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	257,3	-8,3	-107,5	203,8	-322,2	13,0	-1.633,1	-4.874,9	344,6	453,3	6.049,7	-526,8	-317,5
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-2.844,5	-3.122,4	-2.991,9	-2.943,5	-3.059,2	-3.106,5	-3.558,4	-4.297,9	-3.118,8	-3.569,6	-4.293,1	-3.181,6	-3.463,6
VI.3. Banco Central ⁹	27,6	-113,8	-63,2	-23,6	-26,3	-63,8	-54,2	-62,0	-69,4	-89,0	-68,3	-8,0	30,3
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	173,6	215,7	214,4	99,0	155,8	26,6	0,0	0,0	134,6	134,6	24,2	155,5	0,0
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	1.841,1	-1.026,5	615,8	-22,8	-674,3	154,5	515,8	-206,2	7,6	-84,9	111,3	-484,3	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	903,4	5.815,7	10.861,6	-290,8	-1.136,7	1.690,8	3.898,5	-8.019,9	11.377,1	10.712,4	1.835,3	13.537,9	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-7.867,9	-13.197,1	-13.949,9	-11.173,0	-10.666,6	-14.815,4	-13.191,4	-14.336,1	-11.491,3	-12.984,3	-11.793,9	-11.757,5	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	-6.964,5	-7.381,4	-3.088,3	-11.463,7	-11.803,3	-13.124,6	-9.292,9	-22.356,0	-114,2	-2.271,9	-9.958,6	1.780,3	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	689,1	878,7	772,4	807,1	811,4	805,6	884,0	843,0	876,7	1.493,7	1.241,1	833,6	926,8
RMV ⁵	156,7	168,2	162,7	160,4	158,8	157,0	155,5	153,9	152,6	151,1	149,9	144,6	176,8

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apropriação do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁴ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁵ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁶ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siali após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as

⁷ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁸ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹⁰ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Fev/2009	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2010
I. RECEITA TOTAL	48.346,9	55.909,2	62.886,2	56.336,7	55.031,9	60.323,9	60.823,2	53.503,4	69.410,0	74.239,9	79.647,5	73.899,1	55.358,8
I.1. Receitas do Tesouro	35.005,8	41.542,0	48.620,8	41.756,3	40.775,0	45.857,3	46.222,8	39.227,5	54.367,3	57.189,3	53.797,3	59.661,4	41.701,1
I.1.1. Receita Bruta	35.366,2	41.933,1	48.836,1	42.292,6	42.707,7	48.270,6	47.183,4	40.225,6	55.725,3	59.509,0	56.927,9	60.488,6	42.030,1
I.1.1.1. Impostos	16.411,2	21.071,7	22.855,0	17.502,1	21.455,9	21.822,7	17.257,9	18.453,4	26.120,0	23.867,6	24.866,7	28.882,0	17.630,9
IR	11.621,7	15.916,0	17.782,2	12.755,0	16.385,1	16.492,3	11.942,3	12.698,2	20.041,6	16.821,7	18.087,1	22.598,7	11.801,8
IR - Pessoa Física	495,1	543,5	3.315,5	1.507,4	1.246,2	1.098,0	1.291,5	1.301,4	1.342,4	1.291,6	718,9	667,8	612,3
IR - Pessoa Jurídica	5.323,7	8.292,8	7.875,2	4.950,5	5.818,4	8.315,3	4.558,9	5.270,7	11.533,0	7.345,1	5.816,5	11.796,5	4.980,7
IR - Retido na Fonte	5.802,8	7.079,7	6.591,6	6.297,2	9.320,5	7.079,1	6.091,8	6.126,1	7.166,2	8.185,0	11.551,7	10.134,4	6.208,8
IRRF - Rendimentos do Trabalho	3.504,3	4.623,9	4.217,2	3.811,0	4.119,8	3.954,5	3.966,6	3.864,6	3.979,5	4.972,6	5.131,0	6.131,5	4.182,8
IRRF - Rendimentos do Capital	1.335,3	1.079,2	1.324,0	1.359,7	4.146,8	1.534,7	960,8	1.049,4	1.621,4	1.303,1	4.444,6	2.387,0	1.113,0
IRRF - Remessas ao Exterior	498,8	893,5	602,7	670,4	614,8	1.151,1	654,6	639,9	892,6	957,7	1.465,5	998,0	489,1
IRRF - Outros Rendimentos	464,4	483,0	447,7	456,1	439,0	438,8	509,8	572,2	672,6	951,6	510,6	617,7	423,9
IPI	2.091,2	2.232,3	2.452,8	2.136,0	2.407,4	2.449,6	2.441,5	2.656,2	2.997,2	3.215,0	3.189,2	2.876,5	2.548,8
IPI - Fumo	305,0	252,3	276,3	111,3	358,0	280,3	275,5	281,5	310,4	311,1	305,4	339,9	318,6
IPI - Bebidas	138,7	155,1	147,4	176,7	169,8	185,4	177,4	174,9	190,6	211,2	229,8	283,2	181,6
IPI - Automóveis	35,3	55,9	214,5	144,7	170,3	199,6	174,0	195,7	228,7	285,2	315,8	288,3	241,2
IPI - Vinculado a importação	619,7	828,0	637,3	636,3	636,1	640,4	631,9	717,4	742,8	750,2	791,2	716,8	716,8
IPI - Outros	992,6	941,0	1.177,2	1.067,0	1.073,2	1.144,0	1.178,7	1.286,6	1.524,7	1.657,3	1.546,9	1.248,3	1.090,7
IOF	1.462,1	1.298,8	1.427,0	1.451,5	1.505,3	1.628,9	1.571,9	1.453,3	1.524,7	2.238,1	2.133,2	1.958,9	1.896,9
Imposto de Importação	1.229,1	1.611,3	1.184,7	1.149,8	1.149,6	1.244,9	1.290,9	1.378,0	1.444,4	1.536,6	1.424,4	1.440,3	1.376,5
Outros	7,1	13,2	8,3	9,7	8,5	7,0	11,3	267,7	55,3	56,4	32,7	7,6	6,8
I.1.1.2. Contribuições	13.930,3	16.204,3	17.460,4	15.301,5	16.159,1	18.499,4	16.683,2	18.158,9	20.895,5	21.057,7	19.785,2	23.440,0	17.381,5
COFINS	7.538,6	8.302,2	9.295,3	8.867,6	9.399,5	9.831,3	9.832,2	10.260,1	11.016,8	12.240,3	12.218,5	11.494,9	10.112,4
CPMF	7,8	40,3	9,5	13,0	11,8	10,7	32,6	39,0	5,7	96,4	4,4	8,8	13,1
CSLL	3.212,6	4.527,4	4.239,7	2.611,0	2.757,8	4.355,8	2.573,6	3.306,2	5.040,0	3.830,1	2.679,6	6.331,8	2.835,6
CIDE-Combustíveis	35,1	53,3	340,4	359,1	379,7	529,9	603,4	609,6	618,2	639,5	632,4	690,2	680,1
Pis/Pasep	2.136,1	2.303,1	2.499,3	2.437,1	2.548,8	2.586,4	2.576,9	2.807,7	3.131,8	3.132,1	3.064,0	3.029,6	2.605,2
Salário Educação	736,3	725,2	755,5	719,5	748,4	756,8	746,6	784,3	769,4	773,8	813,8	1.421,9	831,1
Outras	263,9	252,8	320,8	294,2	313,0	428,5	319,0	352,1	313,5	345,5	372,5	462,8	304,0
I.1.1.3. Demais	5.024,7	4.657,1	8.520,7	9.489,0	5.092,7	7.948,5	13.242,2	3.613,3	8.709,8	14.583,7	12.276,0	8.166,6	7.017,7
CPSS ¹	531,9	819,7	685,6	685,8	679,8	746,2	742,4	704,1	749,9	1.208,2	971,1	781,7	757,2
Cota parte de compensações financeiras	742,9	721,8	2.218,9	839,1	1.063,3	2.884,4	938,3	1.156,9	3.712,9	1.268,8	1.269,3	3.837,3	1.330,2
Diretamente arrecadadas	2.008,1	1.928,0	3.550,4	1.863,3	1.630,6	2.029,5	1.630,0	1.772,8	1.599,1	1.644,9	1.801,8	2.229,3	1.624,3
Concessões	16,2	12,7	73,1	1.170,5	42,7	111,6	7,3	1.150,1	174,7	12,6	105,4	233,5	7,1
Dividendos	1.344,8	785,4	1.618,4	3.755,7	1.135,9	1.719,6	7.814,3	37,9	27,5	2.509,6	5.872,2	78,9	2.052,2
Outras	380,9	389,5	374,4	1.174,6	540,4	457,1	2.110,0	-1.208,5	2.445,7	7.939,6	2.256,2	1.006,0	1.246,6
I.1.2. (-) Restituições	-360,4	-391,0	-187,9	-908,8	-1.932,7	-2.413,4	-960,6	-998,1	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6	-822,0	-329,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	13.169,2	14.209,6	14.089,7	14.400,8	14.063,9	14.287,4	14.400,2	14.091,0	14.864,9	16.808,5	25.591,5	14.076,0	13.459,0
Urbana	12.867,7	13.868,7	13.665,1	13.926,8	13.642,2	13.925,5	14.033,3	13.727,8	14.496,9	16.410,0	25.147,2	13.720,4	14.884,1
Rural	301,5	340,9	424,6	474,0	421,7	361,8	366,9	363,2	368,0	398,5	444,3	355,6	323,2
I.3. Receitas do Banco Central	171,9	157,6	175,6	179,6	193,1	179,2	200,3	185,0	177,8	242,1	258,6	161,7	198,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.934,3	8.174,7	9.347,8	12.835,0	12.915,2	7.796,1	10.093,0	8.111,1	10.946,5	12.176,5	13.896,2	10.650,6	12.953,3
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	8.279,2	6.611,7	7.829,6	9.345,4	8.079,4	6.232,7	7.233,6	6.436,3	7.431,5	9.145,5	12.046,9	7.688,1	9.316,4
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	28,2	0,0	0,0	254,0	0,0	0,0	406,4	0,0	0,0	453,1	0,0
II.4. Demais	2.492,6	1.400,6	1.327,6	3.327,1	2.723,2	1.147,0	2.696,9	1.512,3	2.946,2	2.868,5	1.686,9	2.346,8	3.474,4
II.4.1. Salário Educação	756,1	471,7	435,1	453,3	431,7	449,0	454,1	447,4	470,6	461,7	464,3	488,3	853,2
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	1.475,7	573,6	539,7	1.328,7	622,0	678,8	1.750,8	764,8	796,1	2.100,2	917,3	879,2	2.169,5
II.4.3. Fundef/Fundeb	254,3	340,0	340,0	780,0	1.460,0	0,0	480,0	283,2	566,4	283,2	283,2	441,1	441,1
II.4.4. Outras	6,5	15,2	12,8	765,0	209,5	21,1	12,1	16,9	1.113,1	23,4	22,1	538,2	10,7

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

	Fev/2009	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2010
I. DESPESA TOTAL	38.523,9	41.108,0	43.507,0	43.868,6	42.734,9	51.018,1	47.347,5	53.206,0	47.228,6	51.400,6	64.051,5	49.381,8	45.245,5
I.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	11.181,5	11.145,3	11.099,4	10.867,4	11.348,2	14.375,4	11.422,6	11.701,8	11.746,6	13.400,3	16.869,3	14.222,6	12.139,5
I.2. Benefícios Previdenciários	15.756,4	17.340,3	17.189,1	17.140,5	17.445,3	17.380,8	19.591,7	23.263,8	17.639,1	19.924,7	23.835,0	17.784,4	18.988,4
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	12.610,4	13.877,0	13.772,6	13.723,0	13.964,4	13.912,5	15.666,4	18.602,7	14.152,4	15.956,6	19.097,6	14.247,2	15.201,6
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural ²	3.146,0	3.463,3	3.416,5	3.417,5	3.480,9	3.468,3	3.925,3	4.661,1	3.486,7	3.968,1	4.737,5	3.537,2	3.786,8
I.3. Custeio e Capital	11.333,9	12.259,1	14.879,7	15.568,6	13.633,5	18.929,2	15.972,3	17.891,3	17.491,6	17.640,5	22.878,2	17.126,6	13.836,0
I.3.1. Despesa do FAT	1.553,8	2.065,6	1.705,4	1.930,2	1.925,4	4.926,0	2.798,2	2.347,3	2.462,8	2.101,1	2.151,7	1.425,6	1.799,6
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	1.511,6	2.012,9	1.667,4	1.882,9	1.898,5	4.896,7	2.768,1	2.312,5	2.409,1	2.049,8	2.093,5	1.402,5	1.741,7
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	42,3	52,7	38,1	47,3	26,9	29,3	30,1	34,8	53,7	51,3	58,2	23,1	57,9
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	375,7	-1.489,9	716,3	721,3	-1.365,9	697,7	871,0	940,3	1.443,5	722,7	700,3	965,7	661,6
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	134,6	-1.704,7	432,8	289,9	-1.619,7	599,6	714,5	733,9	1.264,3	401,8	356,3	771,0	398,1
Equalização de custeio agropecuário	71,8	2,8	2,4	1,8	1,6	1,5	1,2	2,4	2,0	2,3	2,6	3,0	3,4
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	0,0	-0,1	0,1	-118,8	0,3	0,7	-13,0	23,2	-1,8	6,2	0,4	7,9	-0,1
Política de preços agrícolas	130,4	219,5	317,8	99,2	129,3	294,5	355,3	290,5	1.030,3	172,0	60,2	467,3	176,4
Equalização Empréstimo do Governo Federal	8,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	86,5	0,2
Equalização Aquisições do Governo Federal	86,9	119,5	227,3	29,5	33,6	152,2	324,9	212,3	1.003,4	131,9	-50,9	259,6	106,2
Garantia à Sustentação de Preços	35,0	100,0	90,4	69,6	95,6	142,3	30,3	78,2	26,8	40,0	111,0	121,2	70,0
Pronaf	7,2	2,6	8,0	106,1	22,4	28,5	100,6	217,6	110,5	82,0	-3,7	23,0	17,9
Equalização Empréstimo do Governo Federal	3,0	6,7	4,9	109,5	6,6	8,4	7,2	363,4	7,7	49,0	10,2	19,3	7,3
Concessão de Financiamento ⁵	4,2	-4,0	3,1	-3,4	15,8	20,2	93,4	-145,9	102,9	33,1	-13,9	3,7	10,5
Proex	-110,3	33,6	9,4	18,6	45,0	-63,4	41,2	-32,1	-9,8	-3,4	27,1	-125,3	-29,3
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,0	35,9	59,3	27,1	29,9	52,4	27,1	11,9	19,8	7,3	33,7	5,5	0,5
Concessão de Financiamento ⁵	-111,2	-2,3	-50,0	-8,6	15,1	-115,8	14,2	-43,9	-29,7	-10,7	-6,6	-130,8	-29,8
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	0,0	0,0	27,5	136,0	90,4	0,1	0,5	0,9	1,0	2,3	199,7	29,4	0,0
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2	131,1	42,4	11,2	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA ⁵	58,1	50,4	75,6	26,5	42,2	95,7	55,7	81,4	130,2	113,4	69,4	236,9	75,1
Funcafé	4,0	3,9	3,3	7,3	2,3	1,5	0,7	1,6	1,2	3,3	2,9	20,0	5,4
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	32,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,9	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁵	-26,6	-2.017,6	-11,5	-20,3	-2.121,1	-9,8	-14,7	-1,6	-2,6	-2,5	-2,3	-1,7	-0,9
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	162,7	119,1	144,6	138,8	0,0	0,0	0,0	110,6	150,3
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	241,1	214,8	283,5	431,4	253,9	98,1	156,6	206,4	179,2	321,0	344,0	194,7	263,5
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁷	1.467,8	1.615,5	1.581,2	1.586,7	1.598,3	1.593,2	1.601,7	1.610,9	1.628,5	1.633,9	1.641,6	1.587,6	1.977,7
I.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.936,6	10.067,8	10.876,7	11.330,4	11.475,7	11.712,2	10.701,4	12.992,8	11.956,6	13.182,8	18.384,6	13.147,7	9.397,1
I.3.4.1. Sentenças Judiciais	95,0	14,7	15,4	15,1	17,5	30,8	9,4	17,4	17,0	14,2	13,3	9,1	6,7
I.3.4.2. Legislativo/Judiciário	412,2	508,2	466,9	452,2	446,4	464,0	433,5	441,6	421,1	452,5	596,4	435,1	434,1
I.3.4.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	105,7	123,1	226,8	189,8	761,2	176,6	212,5	326,5	131,6	146,4	262,1	447,9	306,4
I.3.4.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	531,0	611,1	998,0	1.180,8	1.064,3	1.692,2	1.208,6	1.760,1	1.925,0	2.038,9	4.478,4	1.059,3	1.207,8
I.3.4.5. Outras Obrigatórias	83,7	31,4	72,8	80,7	71,4	284,5	241,5	31,0	121,3	160,5	236,0	427,6	52,5
I.3.4.6. Discricionárias	6.708,8	8.779,3	9.096,8	9.411,7	9.114,9	9.064,1	8.595,8	10.416,3	9.340,6	10.370,4	12.798,4	10.768,7	7.389,6
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	107,8	92,0	100,1	88,8	88,5	89,6	106,3	102,1	104,1	104,0	142,1	78,5	113,2
I.5. Despesas do Banco Central	144,3	271,4	238,8	203,2	219,4	243,1	254,5	247,0	247,2	331,2	326,9	169,7	168,4
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	689,1	878,7	772,4	807,1	811,4	805,6	884,0	843,0	876,7	1.493,7	1.241,1	833,6	926,8
RMV ⁷	156,7	168,2	162,7	160,4	158,8	157,0	155,5	153,9	152,6	151,1	149,9	144,6	176,8

* Dados revisitos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

⁵ Concessão de empréstimos menos retornos.

⁶ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

⁷ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

	Fev/2009	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2010
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	54.893,5	57.785,2	59.479,9	62.253,4	57.326,4	54.386,0	61.198,2	51.628,9	62.871,4	78.867,4	93.506,6	52.555,0	68.644,6
I.1 - Recolhimento Bruto	39.410,2	39.517,1	42.264,7	45.245,3	40.844,4	36.534,3	43.503,5	35.731,1	44.224,3	60.061,0	65.362,1	34.740,0	51.423,9
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.121,6	2.318,8	1.878,7	1.171,0	2.103,2	1.596,5	1.638,6	1.245,3	1.774,8	1.602,3	1.660,2	1.112,0	1.501,4
I.4 - Receita das Operações de Crédito	144,7	170,9	250,9	465,1	93,7	254,4	699,2	339,1	124,7	128,6	120,5	208,0	57,0
I.5 - Receita do Salário Educação	819,9	805,1	835,2	799,9	833,2	840,6	827,5	870,6	853,9	858,4	902,1	1.585,4	922,0
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	13.424,4	15.000,8	14.250,4	14.572,1	13.452,0	15.160,3	14.529,4	13.442,7	15.893,8	16.217,2	25.461,8	14.914,7	14.740,3
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	56.684,6	55.902,5	56.454,8	67.537,3	63.967,7	69.196,1	69.322,7	67.088,5	61.280,4	75.312,7	74.712,9	67.597,8	54.101,7
II.1 - Liberações Vinculadas	13.615,8	10.159,3	12.006,4	14.767,8	14.246,0	10.703,5	12.329,3	10.489,7	12.765,1	14.947,3	16.982,1	11.007,7	12.522,7
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	8.827,1	7.049,6	8.350,8	9.966,2	8.615,3	6.643,8	7.711,9	6.859,8	7.918,5	9.753,5	12.702,5	8.193,0	9.932,8
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	2.268,3	1.031,5	1.016,0	1.792,2	1.065,5	1.393,3	2.216,8	1.170,8	1.881,4	2.585,5	1.399,4	21,9	10,8
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	-162,5	-162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.357,9	1.915,7	2.477,1	2.846,9	2.452,6	2.503,9	2.238,0	2.296,7	2.802,6	2.445,9	2.717,7	2.955,4	2.741,7
II.2 - Liberações Ordinárias	43.068,8	45.743,2	44.448,4	52.769,5	49.721,8	58.492,5	56.993,4	56.598,9	48.515,4	60.365,4	57.730,8	56.590,1	41.579,0
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.167,7	12.487,7	11.815,1	12.083,4	15.314,6	12.565,0	12.919,8	12.650,0	12.944,6	18.721,5	14.850,2	879,2	2.169,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	810,4	555,8	1.208,9	2.513,1	719,4	1.800,2	1.007,5	115,8	1.000,9	136,8	872,2	980,1	292,1
i) Dívida Contratual Interna	103,1	109,7	105,8	90,9	101,5	94,3	98,7	98,4	100,7	95,8	102,7	71,0	84,8
ii) Dívida Contratual Externa	707,3	446,1	1.103,1	2.422,1	617,9	1.705,9	908,8	17,4	900,2	41,0	769,5	909,1	207,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.022,2	5.273,7	2.199,4	8.698,6	2.317,0	14.014,9	2.677,0	9.522,0	4.209,5	8.566,0	5.923,0	17.020,8	3.810,6
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	18.125,5	16.001,1	17.285,8	16.905,9	17.513,0	17.369,2	27.506,8	19.681,1	16.763,8	18.130,5	14.284,9	25.073,4	21.868,4
II.2.5 - Custeio e Investimento	8.791,3	11.193,7	11.648,0	12.020,9	13.544,0	12.438,1	12.663,0	14.054,6	13.366,4	14.542,2	21.422,6	12.328,9	13.322,6
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	151,6	231,3	291,3	547,6	313,8	305,1	219,2	575,3	230,3	268,3	377,8	307,7	115,8
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	-1.791,1	1.882,7	3.025,1	-5.283,9	-6.641,3	-14.810,0	-8.124,5	-15.459,6	1.591,0	3.554,7	18.793,8	-15.042,9	14.542,9
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	20.741,7	25.684,9	-3.428,6	32.074,9	50.618,1	26.731,6	-21.287,6	52.647,3	46.679,4	35.717,8	121.069,3	41.250,2	36.383,5
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	19.221,0	24.427,4	-4.900,3	30.707,0	49.166,2	25.791,3	-22.337,3	51.156,8	45.436,1	34.755,1	119.788,8	40.433,8	34.502,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.520,7	1.257,5	1.471,7	1.367,9	1.451,9	940,3	1.049,7	1.490,5	1.243,2	962,8	1.280,5	816,4	1.880,6
V. DESPESAS	3.173,1	26.021,7	27.675,6	27.050,4	16.383,2	30.363,0	3.678,8	31.410,9	39.617,4	12.656,8	27.351,7	83.287,1	1.756,7
V.1 - Amortização da Dívida Interna	1.346,6	25.548,1	27.071,2	24.966,6	14.050,1	29.322,0	3.466,0	31.358,2	38.599,9	10.386,8	26.721,4	82.852,6	634,9
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	1.167,8	25.328,3	26.887,6	24.787,4	13.873,0	29.140,1	3.288,3	31.175,0	38.402,0	10.200,0	26.438,5	82.719,2	470,4
V.1.2 - Dívida Contratual	178,8	219,8	183,5	179,2	177,1	181,9	177,7	183,2	197,9	186,8	282,9	133,4	164,5
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.826,5	473,6	604,4	2.083,7	2.333,0	1.041,0	212,8	52,7	1.017,5	2.269,9	630,3	434,5	1.121,8
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	18.053,3	-900,9	-31.787,9	5.919,6	35.293,2	-3.348,8	-25.625,6	19.981,8	7.034,1	24.555,1	93.350,3	-42.285,4	34.032,5
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	832,7	10.226,4	14.472,2	6.596,8	235,8	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	-40.661,5	1.023,5
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	16.610,2	11.772,3	-13.606,9	6.337,4	27.829,4	-33.097,5	9.006,0	5.566,2	-1.035,9	18.720,1	107.748,2	-97.741,3	50.193,2

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Fev/2009	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2010
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	1.832,7	10.226,4	25.972,2	17.396,8	3.735,8	11.344,0	42.996,9	2.989,5	2.641,5	3.017,7	3.165,5	4.338,5	3.023,5
I.1. Emissão de Títulos	0,0	7.585,4	22.865,1	14.003,8	222,8	8.176,9	39.598,9	0,0	0,0	0,0	0,0	1.570,1	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.666,3	2.501,1	2.954,9	3.223,0	3.328,8	2.943,9	3.138,5	2.830,5	2.519,3	2.898,9	3.098,8	2.609,8	2.779,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	166,4	140,0	152,2	170,0	184,3	223,2	259,5	159,0	122,2	118,8	66,7	158,6	244,1
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	1.000,0	0,0	11.500,0	10.800,0	3.500,0	26.000,0	900,0	3.200,0	12.330,5	10.913,3	7.928,6	-45.000,0	-2.000,0
II.1. Resgate de Títulos	0,0	0,0	11.000,0	7.880,7	2.943,1	20.000,0	3,3	2.100,0	11.210,0	8.102,2	5.857,9	-36.000,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	1.000,0	0,0	500,0	2.919,3	556,9	6.000,0	896,7	1.100,0	1.120,5	2.811,1	2.070,7	-9.000,0	-2.000,0
III. RESULTADO (I - II)	832,7	10.226,4	14.472,2	6.596,8	235,8	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	49.338,5	5.023,5

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Fev/09	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/10
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	715.153,6	540.251,0	543.876,3	557.926,9	571.141,3	596.683,4	601.634,7	643.916,7	665.838,4	666.548,8	724.439,9	711.371,8	721.806,6
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7
DPMFi em Poder do Público ¹	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8
DPMFi em Poder do Banco Central	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1
Demais Obrigações Internas	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0
I.2. HAVERES INTERNOS	999.198,3	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.097,2	1.274.149,3	1.313.144,6	1.238.515,8	1.272.358,1
Disponibilidades Internas	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	355.003,9
Haveres junto aos Governos Regionais	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.664,7
Haveres da Administração Indireta	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	220.090,4	220.929,9
Haveres Administrados pela STN	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	133.223,7	130.070,3	121.907,4	113.759,3	112.440,0	106.911,6	108.682,9	102.844,3	101.364,9	101.723,8	98.743,6	101.634,7	97.028,6
II.1. DÍVIDA EXTERNA	133.599,5	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0
Dívida Mobiliária	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4
Dívida Contratual	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6
II.2. HAVERES EXTERNOS	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	848.377,3	670.321,3	665.783,7	671.686,2	683.581,2	703.595,0	710.317,6	746.761,0	767.203,2	768.272,6	823.183,6	813.006,5	818.835,2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹²	27,8%	22,1%	21,9%	22,2%	22,6%	23,3%	23,4%	24,5%	25,2%	25,0%	26,2%	25,3%	25,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL

R\$ milhões

	Fev09	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev10
I. DÍVIDA INTERNA	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7
I.1. DPMFI EM PODER DO PÚBLICO¹	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8
LFT	482.269,0	471.368,1	483.897,7	500.767,9	499.212,2	537.902,9	545.295,8	511.364,2	516.223,4	519.676,3	500.224,2	517.195,8	526.403,3
LTN	188.118,3	212.314,6	187.246,1	199.825,5	232.028,3	217.223,0	237.052,5	246.156,7	214.246,5	232.589,4	247.269,5	214.563,2	229.229,9
NTN-B	306.455,2	311.249,8	315.888,4	291.850,7	301.300,4	307.032,7	320.389,4	324.946,6	330.145,6	322.134,5	329.996,9	341.459,1	351.579,4
NTN-C	58.074,4	57.985,4	57.716,9	58.078,5	58.481,8	56.918,9	57.160,8	57.299,3	57.186,4	57.677,5	58.006,3	56.882,5	57.943,2
NTN-F	166.110,4	169.172,6	172.541,6	180.324,9	187.542,1	188.561,6	200.957,7	206.634,1	213.814,0	218.763,9	224.206,1	186.499,8	193.779,0
Dívida Securitizada	14.902,3	14.766,3	14.709,8	14.829,8	14.822,3	14.268,3	12.160,6	12.113,2	12.113,4	12.068,6	12.058,1	11.945,0	11.896,1
Demais Títulos em Poder do Público	31.469,1	30.937,2	29.786,6	28.577,8	28.488,5	27.978,1	27.965,5	27.375,0	27.083,6	26.957,4	26.654,4	27.182,8	26.831,8
I.2. DPMFI EM PODER DO BANCO CENTRAL	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1
LFT	190.929,0	198.923,8	200.594,8	206.040,9	215.088,7	224.706,8	226.266,5	227.837,0	229.417,8	230.933,6	242.856,3	244.459,8	245.912,0
LTN	99.801,8	106.362,5	95.271,1	99.951,2	109.976,1	91.986,9	92.866,7	103.792,4	96.592,4	100.486,6	132.190,7	103.068,7	103.862,7
Demais Títulos na Carteira do BCB	174.785,6	176.825,7	178.377,3	169.573,1	174.581,3	174.107,7	174.959,1	198.573,5	221.448,5	217.688,1	262.768,1	253.197,3	253.964,4
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0
II. DÍVIDA EXTERNA	133.599,5	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4
Euro	12.038,3	12.357,9	10.808,1	10.534,9	10.306,2	10.121,9	10.307,8	9.776,6	9.731,3	10.014,7	9.382,0	9.618,9	7.865,3
Global US\$	79.252,4	76.999,5	72.325,0	67.039,4	66.188,7	62.381,7	63.720,2	59.927,8	59.164,5	59.309,5	58.668,0	60.085,2	57.942,7
Global BRL	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.242,4	10.340,4	10.438,4	10.536,4	10.634,3	10.443,2	10.538,8
Demais Títulos Externos	379,4	324,4	306,8	279,4	277,7	267,8	271,1	221,6	218,5	220,4	220,3	238,7	231,6
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6
Organismos Multilaterais	26.511,7	25.463,3	23.897,7	21.550,4	21.387,3	20.487,6	20.645,9	19.224,3	18.747,4	18.534,1	16.855,2	17.963,4	17.278,1
Credores Privados e Ag. Governamentais	5.050,7	4.839,0	4.345,3	3.989,9	3.805,2	3.674,1	3.780,6	3.551,3	3.315,2	3.361,2	3.214,5	3.578,5	3.450,5
III. DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL (I+II)	1.847.951,5	1.881.851,6	1.859.061,3	1.864.072,4	1.934.364,1	1.948.522,7	2.005.656,5	2.020.876,7	2.021.550,7	2.042.674,3	2.136.558,9	2.051.815,4	2.091.471,6
DÍVIDA DO TESOIRO NACIONAL/PIB¹²	60,6%	62,0%	61,3%	61,5%	63,9%	64,5%	66,1%	66,3%	66,3%	66,5%	67,9%	64,0%	64,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Fev/09	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev10
I. HAVERES INTERNOS	999.198,3	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.097,2	1.274.149,3	1.313.144,6	1.238.515,8	1.272.358,1
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	355.003,9
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.664,7
Bônus Renegociados	9.078,5	8.856,4	7.948,9	7.311,1	7.105,3	6.826,7	6.924,9	6.459,3	6.010,3	6.065,0	6.071,5	6.503,9	6.337,6
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.773,4	2.750,7	2.724,1	2.697,3	2.670,3	2.645,7	2.618,0	2.590,1	2.563,0	2.534,2	2.506,8	2.478,8	2.450,0
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.047,3	11.022,1	10.996,9	10.975,9	10.970,0	10.944,4	10.918,5	10.902,4	10.903,5	10.877,2	10.858,3	10.831,7	10.914,1
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.061,8	1.016,7	955,5	845,9	482,3	441,7	411,6	355,7	323,8	296,4	2,8	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	41.048,4	40.418,0	40.129,3	39.772,4	39.487,8	39.205,1	38.952,2	38.498,9	38.266,3	37.954,9	37.630,7	37.303,1	36.978,4
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	319.776,9	319.045,3	316.521,0	317.173,7	317.506,5	316.752,5	314.876,7	315.221,5	316.015,0	316.055,9	316.363,9	316.691,0	320.071,0
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	50.348,6	50.223,3	49.883,1	50.168,4	50.137,0	50.105,0	49.899,5	50.007,9	50.193,7	50.245,3	50.343,2	50.567,3	51.203,5
Antecipação de Royalties	12.226,0	12.160,2	11.979,3	11.509,3	11.444,3	11.318,5	11.220,3	11.221,0	11.262,4	11.213,4	11.197,4	11.078,8	10.282,3
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.832,9	2.774,3	2.701,9	2.637,2	2.598,7	2.557,2	2.527,7	2.459,4	2.430,2	2.413,5	2.390,3	2.422,0	2.427,7
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	220.090,4	220.929,9
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	136.047,0	136.603,2	136.653,7	136.977,2	137.628,7	135.776,0	136.788,6	137.180,5	138.107,3	139.286,9	140.673,7	139.187,2	139.798,6
Fundos Constitucionais Regionais	45.844,7	46.387,0	46.854,4	47.275,2	47.804,5	48.375,8	48.918,0	49.366,7	49.917,0	50.476,1	51.225,2	51.774,9	52.392,2
Fundos Diversos	28.188,6	24.982,5	24.751,7	25.845,5	26.895,3	27.255,0	28.290,1	28.630,0	28.880,3	28.531,6	29.061,2	29.128,3	28.739,1
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.561,1	5.559,3	5.561,2	5.563,4	5.565,5	5.566,0	5.567,8	5.569,8	5.572,2	5.574,4	5.576,8	5.579,2	5.589,0
Haveres de Operações Estruturadas	53.984,2	53.687,3	52.676,1	51.367,9	51.260,7	50.737,0	50.873,3	50.421,4	49.270,3	49.531,8	49.722,1	50.725,2	50.585,5
Haveres Originários de Privatizações	7.421,6	7.405,8	7.410,5	7.404,2	7.397,7	7.392,3	7.385,3	7.633,6	7.626,6	7.619,6	7.613,4	7.593,0	7.598,1
Haveres de Legislação Específica	60.719,3	73.308,8	72.214,6	70.801,8	96.781,3	121.186,3	157.299,8	154.406,7	154.376,0	153.431,7	157.661,1	164.669,8	163.654,8
Demais Haveres Administrados pela STN	29.004,9	28.964,3	28.581,6	27.797,2	27.332,7	27.237,1	27.152,4	26.826,9	27.616,7	27.889,8	27.775,8	28.242,4	28.332,2
II. HAVERES EXTERNOS	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	999.574,2	1.211.530,3	1.193.277,7	1.192.386,2	1.250.782,9	1.244.927,7	1.295.338,9	1.274.115,7	1.254.347,5	1.274.401,7	1.313.375,3	1.238.808,9	1.272.636,4
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹¹	32,8%	39,9%	39,3%	39,3%	41,3%	41,2%	42,7%	41,8%	41,1%	41,5%	41,7%	38,6%	39,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

11 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO FEVEREIRO 2010/2009 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2009						2010					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	279.229,7	18.010,5	169,6	169,5	3.762,9	3.932,4	158.279,2	21.720,7	24,1	24,1	1.599,8	1.623,9
Senado Federal	47.287,9	5.686,6	594,4	581,0	1.521,2	2.102,2	43.858,0	971,2	63,4	63,4	864,9	928,3
Tribunal de Contas da União	44.069,8	100,8	6,4	6,4	4.838,0	4.844,5	59.523,7	2.491,9	86,0	86,0	4.296,5	4.382,4
Supremo Tribunal Federal	79.888,4	1.154,5	48,7	48,7	2.375,8	2.424,5	61.290,1	3.237,1	8,5	8,5	1.452,2	1.460,7
Superior Tribunal de Justiça	14.385,0	865,8	8,0	8,0	4.522,6	4.530,6	17.242,0	587,7	-	-	1.939,4	1.939,4
Justiça Federal ³	284.901,7	274.673,1	233.074,9	233.064,2	23.401,4	256.465,7	362.639,3	351.965,5	703,6	698,4	20.014,1	20.712,5
Justiça Militar	10.665,7	44,3	2,0	2,0	410,2	412,2	7.704,0	107,0	-	-	1.136,2	1.136,2
Justiça Eleitoral	165.001,3	3.061,2	51,4	43,8	19.432,0	19.475,9	450.415,4	18.033,4	245,1	237,2	35.129,7	35.366,9
Justiça do Trabalho	230.819,1	38.427,7	110,6	76,0	24.731,6	24.807,6	179.677,1	16.253,0	112,6	15,5	16.505,5	16.520,9
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	65.146,0	1.651,4	641,7	640,9	6.566,2	7.207,0	47.559,8	1.554,2	15,4	15,4	9.691,4	9.706,7
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	-	-	62.128,7	13,3	0,2	0,2	2.535,4	2.535,7
Presidência da República ⁴	1.763.765,9	275.483,6	749,8	67,2	47.256,2	47.323,4	1.775.554,9	3.483,1	713,5	673,1	67.778,6	68.451,7
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	407.330,6	3.574,2	31,0	-	619,7	619,7	838.003,8	54.796,2	-	-	157.871,2	157.871,2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.172.208,0	7.038,4	417,9	326,7	62.379,3	62.705,9	1.518.632,8	1.818,8	10,0	4,6	59.287,1	59.291,7
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.479.714,5	77.434,1	48.170,9	13.094,7	82.729,1	95.823,7	1.875.147,5	46.281,0	6.640,6	3.148,3	103.701,1	106.849,5
Ministério da Fazenda	532.204,2	19.638,6	2.289,7	2.082,3	13.587,7	15.670,0	945.015,3	9.955,6	1.586,6	1.446,9	83.618,9	85.065,8
Ministério da Educação	5.023.403,8	262.404,1	6.129,0	3.643,3	228.207,9	231.851,3	6.599.115,1	156.686,6	2.632,5	1.798,9	871.903,5	873.702,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	172.473,3	1.241,1	771,3	760,9	3.491,1	4.252,0	316.168,1	1.555,2	349,7	349,7	1.149,1	1.498,8
Ministério da Justiça	913.695,7	44.712,3	447,1	444,4	45.276,0	45.720,4	1.191.457,8	1.148,9	16,1	13,0	61.426,8	61.439,8
Ministério de Minas e Energia	77.085,6	4.698,7	612,0	605,5	3.419,1	4.024,6	197.208,3	469,6	0,1	0,1	7.660,0	7.660,0
Ministério da Previdência Social	239.477,7	4.304,3	-	-	11.047,6	11.047,6	165.808,7	10.996,9	135,5	43,7	43.272,3	43.315,9
Ministério Público da União	149.092,1	9.734,7	31,4	31,4	18.876,4	18.907,7	160.443,1	2.020,3	10,5	10,5	14.699,9	14.710,3
Ministério das Relações Exteriores	122.416,0	4.835,6	4.396,5	4.396,5	1.447,3	5.843,8	163.000,0	7.514,9	4.932,6	4.932,6	227,8	5.160,5
Ministério da Saúde	3.644.624,5	18.588,8	2.122,2	2.096,3	187.925,2	190.021,5	4.446.449,5	76.279,2	4.077,5	4.020,9	192.656,8	196.677,6
Ministério do Trabalho e Emprego	82.768,4	6,4	2,9	2,9	3.270,4	3.273,3	40.934,3	192,6	15,6	15,6	7.363,8	7.379,4
Ministério dos Transportes	10.514.542,2	946.369,0	117.367,4	117.367,4	582.339,8	699.707,2	13.858.928,0	1.165.977,0	251.533,6	251.533,6	1.030.829,1	1.282.362,7
Ministério das Comunicações	99.929,8	8,7	2,4	2,4	14.804,9	14.807,3	46.941,4	1.107,1	5,1	5,1	1.031,5	1.036,6
Ministério da Cultura	228.897,1	763,3	19,3	17,6	11.338,9	11.356,5	413.450,6	215,8	-	-	15.236,7	15.236,7
Ministério do Meio Ambiente	180.638,0	307,7	16,4	16,4	5.108,6	5.125,0	106.312,8	923,2	2,9	2,9	2.234,9	2.237,8
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.226.337,7	477.544,3	6.870,8	6.870,8	75.745,1	82.615,9	1.830.583,5	3.086,7	-	-	94.475,9	94.475,9
Ministério do Esporte	1.006.549,9	-	-	-	43.564,8	43.564,8	1.076.180,3	1.537,3	0,4	0,4	8.231,0	8.231,4
Ministério da Defesa	4.780.703,1	117.464,5	9.675,2	8.916,4	327.532,2	336.448,6	9.286.517,1	721.397,1	579.587,4	488.100,1	687.583,4	1.175.683,5
Ministério da Integração Nacional	5.165.054,3	266.073,9	147,3	133,9	139.818,0	139.951,9	5.394.525,6	189.345,6	115,5	110,5	365.878,8	365.989,3
Ministério do Turismo	2.150.741,3	14,3	8,0	8,0	27.880,7	27.888,6	2.732.313,4	112,2	-	-	34.777,4	34.777,4
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	256.025,5	40.008,9	-	-	34.409,9	34.409,9	347.847,1	38.438,7	-	-	19.712,0	19.712,0
Ministério das Cidades	8.884.404,2	79.970,0	14.890,0	14.390,1	230.634,9	245.025,0	7.478.512,8	610.488,6	104.199,5	104.199,5	547.278,4	651.478,0
Ministério da Pesca e Agricultura	-	-	-	-	-	-	457.901,0	3.835,8	-	-	4.883,0	4.883,0
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	3.772,8	-	-	-	-	-
TOTAL	52.495.478,0	3.005.895,1	449.876,0	409.915,5	2.294.272,6	2.704.188,1	64.717.042,8	3.526.598,8	957.824,1	861.558,7	4.579.934,0	5.441.492,7

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XV - nº 2 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

FEVEREIRO / 2010

Comentários

Em fevereiro de 2010, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram um acréscimo de 22,1%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 7.232.478,2 (mil), ante R\$ 5.923.755,1 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2009			2010			Variação Nominal		
	Janeiro	Fevereiro	Janeiro a Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Janeiro a Fevereiro	Fev / 2010 Jan / 2010	Fev / 2010 Fev / 2009	Jan a Fev/ 2010 Jan a Fev/ 2009
FPM	3.526.052,2	3.287.191,0	6.813.243,2	3.029.193,1	3.698.426,4	6.727.619,5	22,1%	12,5%	-1,3%
FPE	3.369.338,6	3.141.093,4	6.510.432,1	2.894.562,1	3.534.051,8	6.428.613,8	22,1%	12,5%	-1,3%
IPI-Exp	215.688,2	195.087,0	410.775,3	226.763,5	220.605,6	447.369,1	-2,7%	13,1%	8,9%

Observações: Valores já deduzidos do FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
FEVEREIRO	+ 17 %	+ 22,1 %	+ 17 %	+ 22,1 %	- 6 %	- 2,7 %

* Obs.: sem considerar o pagamento no FPM referente à emenda Constitucional 55/2007 em dezembro/2008

Estimativa Trimestral

FUNDOS	MAR/FEV	ABR/MAR	MAI/ABR
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 31 %	+ 30 %	+ 23 %
IPI - EXP	- 5 %	- 2 %	+ 15 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/01/2010 a 20/02/2010, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JAN/3º DEC	1.912.726	12.734.409	14.647.135	FEV/1º DEC	2.519.307	2.636.484	153.018	5.308.810
FEV/1º DEC	649.020	819.145	1.468.165	FEV/2º DEC	252.524	264.270	51.922	568.716
FEV/2º DEC	195.824	4.235.688	4.431.512	FEV/3º DEC	762.220	797.672	15.666	1.575.558
TOTAL	2.757.569	17.789.243	20.546.813	TOTAL	3.534.052	3.698.426	220.606	7.453.084

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	18.311,9	120.899,9	22,6
ALAGOAS	AL	88.048,4	147.020,1	595,1
AMAZONAS	AM	54.651,4	98.614,2	2.378,5
AMAPÁ	AP	13.117,4	120.581,8	232,7
BAHIA	BA	335.395,3	332.066,6	11.387,0
CEARÁ	CE	193.125,0	259.289,8	1.823,6
DISTRITO FEDERAL	DF	6.192,4	24.392,0	285,3
ESPÍRITO SANTO	ES	63.695,0	53.010,8	10.540,3
GOIÁS	GO	135.113,8	100.476,6	3.442,5
MARANHÃO	MA	154.124,9	255.094,9	2.283,8
MINAS GERAIS	MG	485.053,7	157.424,3	29.193,9
MATO GROSSO DO SUL	MS	56.319,3	47.073,6	2.097,7
MATO GROSSO	MT	68.316,2	81.562,4	2.727,9
PARÁ	PA	134.823,5	216.001,2	12.037,6
PARAÍBA	PB	119.516,5	169.242,2	394,0
PERNAMBUCO	PE	185.914,6	243.856,6	1.301,9
PIAUI	PI	98.056,5	152.720,5	76,4
PARANÁ	PR	251.013,9	101.893,8	19.438,2
RIO DE JANEIRO	RJ	111.987,5	53.989,7	34.809,2
RIO GRANDE DO NORTE	RN	93.257,4	147.649,1	321,0
RONDÔNIA	RO	32.520,2	99.504,8	424,3
RORAIMA	RR	11.388,7	87.669,2	14,7
RIO GRANDE DO SUL	RS	250.843,4	83.219,9	26.338,7
SANTA CATARINA	SC	143.558,2	45.228,8	14.145,0
SERGIPE	SE	53.800,1	146.850,5	109,7
SÃO PAULO	SP	488.976,3	35.340,5	44.121,1
TOCANTINS	TO	51.304,8	153.377,8	63,0
TOTAL		3.698.426,4	3.534.051,8	220.605,6

Obs.: Deduzidos 20 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 2009, foi publicada a Portaria STN nº 744, de 14 de dezembro de 2009, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2010, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br